

ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E UMA NOVA GERAÇÃO DE INSTRUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DE REFERÊNCIA¹

Resumo

Revisão de literatura sobre aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística, os instrumentos arquivísticos de referência tradicionais e a nova geração de instrumentos de referência, compreendendo artigos de periódicos publicados entre os anos de 1993 e 2008. Também é apresentada uma proposta para uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência, em inglês, denominada next generation finding aids. Essa nova geração surge a partir da disponibilização de representações arquivísticas na *web*, utilizando-se das possibilidades da *Web 2.0*, um fenômeno que captura o momento em que a *web* altera a experiência que proporciona ao usuário, permitindo um novo grau de interatividade, acesso e sociabilidade.

Palavras-chave: Descrição arquivística. Instrumento de pesquisa. Instrumentos arquivísticos de referência. Web 2.0.

Ricardo Sodré Andrade

Mestrando em Ciência da Informação (ICI/UFBA), Assessor do Arquivo Público da Bahia (Fundação Pedro Calmon)
ricardo@feudo.org

Rubens R. G. da Silva

Doutor em Ciência da Informação (UFRJ-ECO/IBICT-DEP), Professor Adjunto do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA).
rubensri@ufba.br

THEORETICAL AND HISTORICAL ASPECTS OF ARCHIVAL DESCRIPTION AND A NEXT GENERATION FINDING AIDS

Abstract

Presents a literature review about theoretical and historical aspects of archival description, traditional finding aids and a next generation finding aids, which includes articles from journals published between the years 1993 and 2008. This new generation arises when an archival representation is published on internet using the possibilities of Web 2.0, a phenomenon that captures the moment when the user experience on the web is changed to a new level of interactivity, access and sociability.

Key-word: Archival description. Finding aids. Next generation finding aids. Web 2.0.

¹ Apresentado no VIII CINFORM.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de um esforço de pesquisa no âmbito do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, iniciado no primeiro semestre do ano de 2008. O objetivo da pesquisa é investigar a evolução dos instrumentos arquivísticos de referência², tradicionalmente chamados de instrumentos de pesquisa.

Características dessa proposta de nova geração dos instrumentos de referência foram apresentadas por Van Garderen (2006a; 2006b), Yakel (2003), Yakel, Shaw e Reynolds (2007) e Krause e Yakel (2007). De modo geral, pode-se identificar essa nova geração como a incorporação das recentes possibilidades da internet, identificadas no fenômeno *Web 2.0*, aos instrumentos arquivísticos de referência disponibilizados na *web* pelas instituições de custódia. O aproveitamento dessas novas possibilidades nos instrumentos de referência disponibilizados na *web* resultaria numa nova geração de instrumentos.

Nessa oportunidade, é apresentada a atual versão da revisão de literatura acerca dos aspectos históricos e teóricos da descrição arquivística, dos instrumentos arquivísticos de referência e da nova geração de instrumentos arquivísticos de referência, na intenção de apresentar uma visão acerca dos temas que a pesquisa pretende tratar e da perspectiva na qual ela se posiciona.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

A descrição arquivística é o processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivístico, explicitando o contexto e conteúdo deste acervo. É claramente uma atividade intelectual que demanda competências de interpretação de texto, conhecimento histórico acerca do produtor e de sua época, além de habilidade com a língua em que estão sendo produzidas as informações descritivas. Segundo a *Society of American Archivists* (2002), seu propósito é o de identificar, gerenciar, estabelecer controle intelectual, localizar, explicar o acervo arquivístico e promover o acesso.

² Uma breve crítica terminológica relativa a isso pode ser encontrada na comunicação “Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico”, disponível nos anais do III Congresso Nacional de Arquivologia, Rio de Janeiro, 2008. Alternativamente, o texto estará disponível em <http://ricardo.arquivista.net/producao/tudo-lista-completa/>.

Os mais antigos registros que remetem à descrição arquivística são os repertórios de documentos registrados em tabletas de argila, encontrados na cidade de Nuzi, atualmente conhecida como Yorgan Tepe, na região da Mesopotâmia, datados de 1500 a.C. (DURANTI, 1993). Leão (2006) percebe que inicialmente a descrição arquivística se destinava ao controle do acervo, situação que segundo a autora perdurou até o fim do século XIX, quando as reformas administrativas na França, à época do Iluminismo, provocaram o fechamento³ dos fundos produzidos pelas estruturas burocráticas anteriores às referidas reformas. Em seguida, as instituições que passaram a custodiar aqueles acervos assumiram uma função cultural primária (LEÃO, 2006). Nesse momento, a descrição arquivística se tornou a solução para um problema que ocorreu quando os primeiros profissionais, historiadores contratados pelas instituições de custódia, passaram a organizar os acervos por tema, descaracterizando o que seria a identidade vinculante mais importante da documentação com seu respectivo produtor, culminando em uma situação irreversível no que se refere à organização física do acervo. Essa problemática situação foi contornada por representações da ordem original dos fundos, produzidas pelo processo de descrição arquivística (LEÃO, 2006).

Nesse período inicial da arquivologia como campo do conhecimento, a descrição arquivística foi citada pelo Manual dos Arquivistas Holandeses – obra clássica publicada no ano de 1898 pela Associação dos Arquivistas Holandeses – e considerada por Fonseca (2005) como o marco inicial da arquivologia moderna, apresentando regras para as atividades próprias dos arquivistas e iniciando um entendimento normatizado para a prática da atividade em arquivos. O Manual acentua a necessidade de que a documentação seja descrita uniformemente, sem privilegiar este ou aquele documento e tendo por base um suposto grau de valor histórico que é identificado ou atribuído pelo agente descritor. Citava ainda a necessidade de uma descrição que partia do conjunto documental mais geral até a descrição das unidades específicas do acervo (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973). A importância da obra resultou na sua tradução para diversos idiomas, como o francês (em 1910), o alemão (em 1905), o inglês, o italiano (em 1908), o português (em 1960), o chinês e outros (BRUEBACH, 2003; FONSECA, 2005).

Desde o manual holandês, a descrição arquivística se tornou tema de discussões e, recentemente, a preocupação com a explicitação dos contextos de produção da documentação passou a ser cada vez mais frequente. A seguir, serão feitos comentários sobre textos que

³ Fenômeno que ocorre quando o produtor de um fundo cessa sua produção documental, impedindo o crescimento quantitativo do fundo.

citam aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística desde a década de 1990 e cujo texto completo tenha sido obtido durante o levantamento de literatura.

Inicialmente, Duranti (1993) faz uma curiosa afirmação em um artigo, a de que a primeira definição de archival description, ou descrição arquivística, foi publicada em 1974, no glossário da Society of American Archivists. A pesquisadora ainda afirma que a literatura internacional, mesmo desde o século XVII, não apresenta um conceito para a descrição arquivística que exponha a problemática da prática e, também, que o próprio termo não havia sido definido até a década de 1970.

Leão (2006) considera que no começo do século XX a descrição arquivística se distanciou do objetivo inicial de controle dos acervos pela instituição custodiadora para ser uma facilitadora da recuperação dos documentos, enquanto permitia o acesso a um crescente universo de usuários.

Haworth (2001) discorre sobre a necessidade de produção de descrições adequadas, relacionadas à história administrativa ou biográfica e com uma boa definição do escopo e conteúdo da documentação, o que não é trivial, podendo apresentar complexidades diversas, como as ligadas ao relacionamento entre o produtor e a documentação produzida.

O autor afirma que a descrição documental é o coração do trabalho arquivístico. Sendo assim, fica explícita a diferença entre o trabalho de representação da informação de um profissional bibliotecário e de um profissional arquivista, ambos tradicionalmente conhecidos como profissionais da informação, cujo ensino e prática possuem uma proximidade histórica. O resultado da descrição arquivística precisa conter elementos acerca do contexto de criação e outros retirados do próprio conjunto documental descrito. Dessa forma, os arquivistas devem sempre descrever o conteúdo, a estrutura e o contexto dos documentos, resguardando a imparcialidade e autenticidade da *evidência*, característica própria do documento arquivístico.

Para Haworth (2001), os arquivistas almejam representar o conteúdo, a estrutura e o contexto dos conjuntos e unidades dos documentos, diferentemente dos bibliotecários, que selecionam e criam representações de produtos informacionais. A partir da definição de Haworth, esclarece-se que os documentos arquivísticos são produtos de uma ação ou de um aparelho burocrático, considerados meios de prova e evidência de um fenômeno administrativo, jurídico ou algum outro ligado às atividades de seu produtor. O chamado produto informacional, geralmente objeto da ação de representação da informação típica da prática bibliotecária, é o resultado da ação proveniente de uma intenção em instruir e

informar. Essa distinção das práticas faz com que as atividades de representação dos dois campos de estudo da informação sejam distinguidas.

Bruebach (2003) pôs em evidência que a primeira ocorrência do termo *Archivwissenschaft*, que designa "arquivologia" na língua alemã, foi em um pequeno livro sobre descrição arquivística, publicado em 1806. A publicação da primeira normativa de descrição arquivística na Alemanha se deu em 1954. Apesar das épocas das publicações, para Bruebach (2003), a arquivologia continuou a ser questionada quanto ao seu status de ciência até a primeira metade do século XX, pois também era vista como uma disciplina científica auxiliar da História ou um conjunto de conhecimentos de natureza técnica. Há que se levar em conta que Bruebach se ocupou das tradições, desenvolvimento e perspectivas da Arquivologia na Alemanha; o contorno epistemológico da arquivologia provavelmente reagiu de forma distinta em outras partes do mundo.

Yakel (2003) se pôs a discorrer sobre o tema que denominou representação arquivística, dedicando um artigo a isso. A autora considera que a representação se refere tanto ao processo de arranjo documental, respeitando ou não a ordem original, da descrição arquivística e da criação de instrumentos de referência, quanto aos guias, catálogos, inventários, repertórios etc. Ela também contemplou na definição de representação arquivística a criação de sistemas, incluindo as bases de dados e de informações arquivísticas estruturadas, bem como os documentos de Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD).

Argumentando em defesa do uso do termo representação arquivística como completo para indicar as atuais tarefas dos arquivistas no arquivo permanente, Yakel (2003) argumenta que a expressão captura, precisamente, as atividades de (re)ordenamento, interpretação e catalogação, criando as substituições e arquiteturas para aquilo que chamou de sistemas de representação.

Ainda no início de seu artigo, a autora afirma que arquivistas precisam pensar menos em termos de um simples, definitivo e estático processo de arranjo e descrição, substituindo isso pela adoção do contínuo, relativo e fluido processo de arranjo e descrição para a representação. Exemplificando, a pesquisadora enfatiza que, de fato, a descrição de documentos eletrônicos começa ainda na sua criação e se mantém presente durante a sua tramitação, indicando que há continuidade do processo a cada adição de metadados ao documento, como aqueles relacionados às versões, acessos e alterações na redação.

Para Yakel (2003), os novos instrumentos arquivísticos de referência são evidências do que ela indica como fato: os arquivistas estão substituindo os sistemas de representação

analógicos pelos sistemas baseados em computador, como os registros MARC⁴ e as codificações EAD-DTD⁵, enfatizando que os artefatos de representação arquivística são mais do que ferramentas de acesso, pois, pela constante evolução, contribuem para o conhecimento da instituição arquivística ao mesmo tempo em que alteram esse conhecimento.

Bellotto também fez considerações acerca da representação arquivística, considerando esta o "estabelecimento de um elo suficiente e necessário entre a indagação do pesquisador e sua solução" (BELLOTTO, 2004, p. 173), considerando a descrição documental uma atividade exclusiva da terceira idade⁶ de um arquivo e que o trabalho de descrição e arranjo é ininterrupto, pois o recolhimento de novas parcelas documentais não cessa enquanto o fundo não se fechar.⁷

Menne-Haritz (2001) pondera que as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por intensas discussões tendo por objeto a avaliação⁸ e que, após isso, a descrição arquivística passou a receber cada vez mais atenção dos pesquisadores. Isso talvez esteja evidenciado pelo fato de as normas de descrição arquivística, internacional e brasileira, terem sido publicadas exatamente na primeira década do século XXI.

Discorrendo sobre a normatização do processo de descrição arquivística, Menne-Haritz (2001) afirma que normas para a descrição arquivística apresentam pretensas formas corretas de prática, mas, não elucidam as situações em que elas funcionam melhor. Essa situação cria um risco, segundo a pesquisadora, o de que os arquivistas façam algo *errado* trilhando um caminho *certo*, algo como criar, de uma forma eficiente, representações arquivísticas ineficazes, como instrumentos arquivísticos de referência com algum grau de *inutilidade*, porém, utilizando um conjunto de regras claras: as normas. Apesar desse aspecto de essência negativa, Menne-Haritz (2001) reconhece que as normas são os melhores instrumentos de auxílio quando há intenção de se disponibilizar as informações arquivísticas para o acesso.

No entanto, até a elaboração de uma norma para a descrição arquivística, foi necessário algum tempo para que os arquivistas superassem os motivos de resistência à

⁴ MARC é a sigla para Machine Readable Cataloging, ou catalogação legível por computador, uma estrutura que permite que dados referentes à catalogação de uma publicação sejam processados por um computador.

⁵ Sigla para Encoded Archival Description – Document Type Definition, ou uma Definição de Tipo de Documento XML destinada a criar uma Descrição Arquivística Codificada em meio eletrônico.

⁶ A terceira idade do ciclo vital de um documento, ocorre quando este consegue apresentar valor histórico e é considerado para a guarda permanente.

⁷ Fundo se refere ao acervo de um determinado produtor. O fundo é considerado fechado quando o produtor não irá mais produzir documentos por extinção da pessoa jurídica ou morte da pessoa física.

⁸ Processo que valora os documentos em idade intermediária para que sejam definidos quais conjuntos documentais serão descartados ou, por apresentarem valor histórico, serão recolhidos ao arquivo permanente.

normatização desse processo. Leão (2006) localiza na literatura cinco pontos que considera como sendo as justificativas para a resistência à criação de normas para o processo de descrição arquivística: a) o caráter único dos arquivos; b) a influência do usuário/pesquisador; c) a existência de diferentes realidades históricas, culturais, de formação, de organização e de funcionamento; d) o isolamento e a independência dos arquivistas; e) a carência de recursos. Não obstante as justificativas, uma norma internacional tornou-se disponível e sua adoção apresenta-se como de considerável importância com o avanço das tecnologias aplicadas aos arquivos (LEÃO, 2006; ANDRADE, 2007).

Hagen (1998) apresenta um histórico sobre a normatização da descrição arquivística, destacando a situação de alguns países com relação a essa temática. A China, a Noruega e a ex-União Soviética, contaria com normas sólidas para a descrição dos acervos; a Suécia de certa forma controlaria a execução desse processo por meio da legislação; na França e na Itália, os arquivos nacionais são os responsáveis por estabelecer as regras; nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, as diretrizes para a descrição são desenvolvidas por meio do esforço de organismos profissionais.

Hagen ainda contribui para o entendimento da evolução normativa da descrição arquivística quando afirma que a primeira norma nacional, o *Manual of Archival Description* (MAD), foi criada em 1986, no Reino Unido. Além disso, faz referência à quantidade de normas a serem utilizadas durante a descrição arquivística, indicadas pelo livro *Standards for Archival Description*, publicado em 1994, nos Estados Unidos, pela Sociedade dos Arquivistas Americanos: são 86 normas específicas para a descrição e outras 157 indicadas como secundárias.

Por conta da proximidade das áreas, o controle bibliográfico e arquivístico guardam semelhanças e diferenças, as quais Smiraglia (1990 *apud* HAGEN, 1998) apresentou. As semelhanças seriam: a) a permissão da exploração da documentação por parte tanto de catálogos bibliográficos quanto de instrumentos arquivísticos de referência; b) a consciência da necessidade de descrever tanto os elementos físicos quanto os intelectuais; c) o “dilema comum da busca de informação”, onde quem faz o instrumento está em vantagem em relação ao pesquisador quanto à disponibilidade dos dados acerca do material descrito.

As diferenças foram listadas como sendo: a) as características físicas e intelectuais entre livros e documentos de arquivo, pois livros são preparados para serem descritos e divulgados, sendo unidades com título, autor e assunto definidos, enquanto os arquivos são resultado de uma atividade, sendo conjuntos de documentos que não podem ser definidos por

um assunto ou autor; b) os pesquisadores desses acervos apresentam necessidades informacionais distintas. A busca de informação bibliográfica é em geral mais específica do que a arquivística, baseada principalmente em informações contextuais.

Hostetter (2004) explorou os usos, funcionalidades e problemas que envolvem os instrumentos arquivísticos de referência *on-line* e sua criação e seu universo de análise foram os arquivos e os arquivistas de universidades estadunidenses. O estudo envolveu 16 arquivistas, sendo que 15 desses eram funcionários de universidades públicas e um de universidade privada. Seu objetivo foi o de examinar vários aspectos dos instrumentos arquivísticos de referência disponibilizados em meio digital por essas instituições, de modo que o resultado pudesse auxiliar os profissionais arquivistas na identificação de problemas potenciais durante a criação dos instrumentos de referência, considerando estes como uma importante ferramenta de presença e de apoio à pesquisa na internet.

A investigação indicou que as principais razões que condicionavam as instituições arquivísticas a não disporem de instrumentos de referência na internet foram a falta de tempo, dinheiro e recursos humanos. Uma vez superada a escassez desses recursos, as iniciativas que haviam iniciado há mais tempo dispunham, quantitativamente, de mais instrumentos na *web*.

MacNeil (2005) inicia um texto sobre a relação entre a descrição arquivística e a autenticidade apresentando os propósitos e os métodos da descrição arquivística que seriam: a) promover o acesso aos documentos arquivísticos por meio de uma descrição que permita a recuperação, pelo menos, por meio da proveniência; b) permitir o entendimento da documentação por meio do registro de seu contexto, estrutura e conteúdo; c) estabelecer indícios que permitam a presunção da autenticidade do acervo, por meio do registro da cadeia de custódia, seu arranjo e as circunstâncias de sua produção e uso.

O autor continua afirmando que um documento autêntico é aquele que consegue provar ser aquilo que ele afirma ser, sem ter sido alterado em seus aspectos essenciais. A autenticidade se assenta em parâmetros de identidade, ou seja, se foi realmente escrito por quem ele diz ter sido escrito e de integridade, isto é, se foi alterado de alguma maneira desde sua produção e, caso tenha sido, se essa mudança alterou suas características essenciais. Assim, proteger a autenticidade de um documento implica na preservação da sua identidade e integridade, que por sua vez pode ser feito também por meio da descrição arquivística.

MacNeil (2005) prossegue com a exposição de três linhas para questionamentos, que identifica após comparação da descrição arquivística e da crítica textual:⁹ 1) a relação entre a descrição arquivística e a autenticidade, considerando as suas implicações no papel do arquivista; 2) a natureza dos instrumentos arquivísticos de referência, quando considerados como um texto sócio-histórico; 3) os modelos para a descrição arquivística que podem emergir das duas primeiras linhas de investigação.

A primeira linha de questionamento apresentada por MacNeil relaciona-se com uma reflexão acerca do papel dos princípios arquivísticos da proveniência e respeito aos fundos, que comunicam ao agente executor da descrição arquivística a ordem original dos acervos, a relação e a história entre os documentos e seu produtor. O registro de tais circunstâncias acerca do contexto de produção, segundo o argumento de MacNeil, tende a incorporar elementos que evidenciam a autenticidade da documentação.

A descrição arquivística também se apresenta como um meio pelo qual o arquivista “presta contas”¹⁰ aos usuários, explicitando como ele está resguardando a autenticidade da documentação¹¹ – considerando que o atual contexto da documentação também pode ser registrado. Essa prestação de contas permite ao arquivista relacionar sua imagem à confiança que se espera do responsável pela custódia do acervo.

Para a segunda linha de questionamento, MacNeil parte da consideração de que instrumentos arquivísticos de referência não são ferramentas neutras e sim textos culturais, historicamente situados em um determinado tempo e espaço, envoltos por intencionalidades e ideologias que incluem e excluem o que se enfatiza e o que se ignora. Essa linha de questionamento poderia nos levar a repensar ou, pelo menos, ampliar o entendimento acerca da estabilidade de um determinado instrumento arquivístico de referência em diferentes tempo e lugar.

Na terceira linha, MacNeil percebe a possibilidade de surgimento de modelos de descrição arquivística a partir de investigações realizadas nas duas linhas anteriores, especificamente quando um profundo grau de conhecimento for alcançado acerca do

⁹ Para MacNeil (2005), assim como a crítica textual envolve consciência e decisões deliberadas acerca da representação de textos, a descrição arquivística envolve consciência e decisões deliberadas acerca da representação de documentos arquivísticos.

¹⁰ O termo utilizado por MacNeil é *accountability*.

¹¹ Percepção que se estende a outras “prestação de contas”, como quando se esclarece acerca da situação física da documentação, indicando como a instituição e/ou o arquivista estão agindo com relação à preservação do acervo.

relacionamento entre os conceitos de representação, autenticidade e “prestação de contas” arquivística.

Quando conclui, o autor enfatiza dois temas que considerou como centrais em seu artigo: a seletividade da representação arquivística e a impossibilidade de se alcançar a completude em um processo de representação. Assim, considera o fato de que, por meio da descrição arquivística, não se pode perceber todo o acervo no tempo presente, abrangendo-o totalmente, nem mesmo apontar previamente o porvir.

3 INSTRUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DE REFERÊNCIA

Instrumentos arquivísticos de referência são os produtos do processo de descrição arquivística. Sendo assim, o que foi dito até o momento sobre a descrição foi importante para entender os tradicionais instrumentos de referência e a sua nova geração.

Bellotto (2004) apresenta as formas tradicionais dos instrumentos arquivísticos de referências: a) o “guia”, de acesso fácil para o grande público por ter linguagem abrangente e popular. O guia é apresentado como o primeiro instrumento que deve ser consultado pelo pesquisador; b) o “inventário”, aquele que detêm representações de conjuntos documentais ou parcelas do fundo com descrições sumárias, permitindo um prévio conhecimento do conteúdo do documento, antes de se ter acesso a uma descrição mais detalhada; c) o “catálogo” é aquele instrumento que possui descrições de cada peça documental em uma ou mais séries, ou de uma parcela da documentação que tenha sido escolhida, respeitando ou não a ordem de classificação; d) o “catálogo seletivo”, que traz uma "relação seletiva de documentos pertencentes a um ou mais fundos e no qual cada unidade documental integrante de uma unidade de arquivamento é descrita minuciosamente" (MIGUÉIS, 1976 *apud* BELLOTO, 2004, p. 212), ou seja, documentos são escolhidos dentre um ou mais conjuntos documentais para serem descritos; e) os “índices”, que apontam nomes, lugares ou assuntos, organizados alfabeticamente e indicando notações de localização dos documentos correspondentes; f) a “edição de fontes”, uma reprodução de documentos, possivelmente acompanhada de estudos de introdução e fontes paralelas.

Com o aumento da complexidade teórica da arquivologia e com o aporte do surgimento da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G), os dados contextuais se tornaram cada vez mais reconhecidos como parte importante e necessária na

criação da representação arquivística. Podemos perceber a importância dos dados contextuais quando consideramos a afirmação de Marcondes (2001) acerca da importância contextual para a interpretação e compreensão de mensagens.

Por certo, a inclusão do contexto nos instrumentos de referência, segundo Yaker (2003), demonstram duas tendências. A primeira é o aumento das descrições mais gerais, dos níveis mais abrangentes do arranjo, como o fundo, os grupos¹² e as séries¹³. A segunda tendência é a diminuição da granularidade, ou seja, das descrições dos itens documentais. Assim, os instrumentos deixam de ser extremamente específicos, demandando mais recursos para a finalização do processo, para serem cada vez mais gerais e com maior disponibilidade descritiva das partes que compõem o todo.

Yaker (2003) desconhece os motivos que levam à tendência do aumento da representação contextual e diminuição da granularidade, a descrição item por item. É possível que a crescente quantidade de documentos com que os arquivos passaram a lidar tenha sido importante para a reconsideração das políticas de descrição, criando um efeito *trabalho interminável*, resultado do que Schelleberg (1980 *apud* BELLOTTO, 2004, p. 226) atribuiu para a falta de um programa descritivo adequado e que teria como consequência o alerta desse autor: "arrisca-se o arquivista a dissipar as suas energias em projetos improdutivos".

Há que se recordar que os instrumentos de referência de conteúdo geral deveriam ser produtos mais comuns do processo de descrição arquivística, visto que autores como Schelleberg (1980 *apud* BELLOTTO, 2004) há muito já apontavam a descrição que partia do geral e caminhava para a específica como regra a ser observada. Bellotto (2004) não deixou de esclarecer que a descrição dos itens documentais não consegue revelar ao consulente o significado real do material analisado, sendo necessário conhecer a estrutura do órgão produtor do acervo, objetivo que é alcançado com a explicitação do contexto de produção, do arranjo e da ordenação da documentação.

¹² Se refere à estrutura administrativa do produtor, como o "Departamento Comercial".

¹³ Se refere aos tipos documentais produzidos por uma série, como "Proposta Comercial".

4 NOVA GERAÇÃO DE INSTRUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DE REFERÊNCIA

Van Garderen (2006a; 2006b) entende por nova geração de instrumentos arquivísticos de referência os instrumentos diferentes dos conhecidos tradicionalmente, desvencilhados dos formatos tradicionais e do suporte físico, além de compartilharem das características normalmente encontradas nos aplicativos identificados como parte da *Web 2.0*.

A nova geração de instrumentos arquivísticos de referência é baseada na apropriação de recursos e características que o fenômeno *Web 2.0* apresenta, criando instrumentos arquivísticos de referência *on-line* que aproveitam o potencial que a *web* tem apresentado. Tais características não são unicamente tecnológicas, antes, se referem às possibilidades de interação que agora estão sendo disponibilizadas. Davis (2005) considera que a *Web 2.0* é mais uma *atitude* do que uma tecnologia.

Os tradicionais instrumentos arquivísticos de referência se materializavam em suportes como o papel, que condicionavam seus formatos e estruturas, porém, com a possibilidade de serem desenvolvidos em um ambiente em rede, seus limites foram expandidos.

Não há razão para que os formatos conhecidos até então sejam apenas reproduzidos em tal ambiente, que carrega em si uma carga de possibilidades, cujo ponto central é a participação dos usuários. Esse ponto central é próprio da *Web 2.0* e é citado por O'Reilly (2005) na sua definição em um artigo destinado ao entendimento dessa evolução da *web*:

Web 2.0 é a rede como plataforma, abrangendo todos os dispositivos conectados; aplicações *Web 2.0* são aquelas que oferecem a maioria das vantagens intrínsecas à plataforma: disponibilização de software com serviço de atualização, que se aperfeiçoa quanto maior é o uso que se faz dele; consumo e interação de dados de múltiplas fontes, incluindo usuários individuais, que oferecem seus próprios dados e serviços de maneira a permitir re-integração por outros; criando efeitos de rede por meio de uma “arquitetura de participação”; indo além da metáfora de página da *web 1* ao oferecer ao usuário experiências mais ricas (REILLY, 2005, p. 1, tradução nossa).

A plataforma a que O'Reilly (2005) se refere na citação anterior é a tecnológica, que operacionaliza o uso de aplicativos em computadores. Várias gerações e tipos de plataformas foram desenvolvidos até então e a internet se apresentou como mais uma plataforma em rede, porém baseada principalmente em protocolos e padrões abertos e com alcance mundial. Esse alcance criou um ambiente de interesse e convivência, que pôde ser utilizado como terreno de execução de ações econômicas, sociais e políticas, por pessoas físicas e jurídicas.

Miller (2005) apresenta o que ele considera os princípios da *Web 2.0*, definidos a partir de uma análise da literatura considerada relevante para ele. Esses aspectos são: a) liberdade dos dados, considerando que os dados e conteúdos podem ser livremente expostos, descobertos e manipulados e possibilidade de criar o que se chama de aplicações virtuais, que mesclam dados e funcionalidades de dois ou mais aplicativos diferentes, criando uma terceira aplicação; b) participação, considerando que antes o usuário apenas recuperava informação, agora ele pode participar inserindo ou alterando a condição inicial; c) o trabalho para o usuário, apresentando as informações relevantes para um usuário em detrimento de informações que beneficiem um determinado provedor de dados (como exemplo, Miller cita a recuperação das rotas aéreas de várias companhias, ordenadas pelo custo, ao invés da recuperação das rotas de apenas uma companhia aérea); d) modular, os desenvolvedores e usuários podem compartilhar componentes e códigos na construção de aplicativos que atendam a suas necessidades; e) compartilhamento de idéias e conteúdos; permite e facilita a comunicação entre os usuários e permite redefinir conteúdos, tornando-os nossos e dos autores anteriores; possui inteligência artificial suficiente para auxiliar na resolução dos problemas dos usuários; f) é baseada e desenvolve-se em condições de confiança, relativa aos usuários, dados, usos e reusos dos recursos.

A *web* se torna mais aberta na medida em que seus aplicativos disponibilizam suas APIs, Interface de Programação de Aplicativos, permitindo que terceiros possam expandir, alterar ou limitar o funcionamento do aplicativo. Além disso, são mais sociais, garantindo-se o direito de utilização do aplicativo e sua base de dados em diferentes formas e objetivos, com a possibilidade de serem desenvolvidos com tecnologia que permitem um nível de interoperabilidade até então inexistentes.

Catarino e Baptista (2007) verificaram que alguns autores consideram a *Web 2.0* como uma evolução e não uma revolução, considerando que a *web* sempre possuiu espaços para criação de comunidades virtuais, como os serviços de *newsgroups*, que funcionava antes mesmo da criação da *web*. Assim, torna-se possível pensar que não tenha sido a *web* que tenha mudado, mas sim as necessidades e desejos dos seus usuários, sendo a transformação da *web* uma consequência disso (BENAKOUCHE, 1999).

Devido à variedade de possibilidades de uso da internet, é natural e esperado que as instituições arquivísticas também se apropriem dela como ferramenta de divulgação institucional e de seus acervos.

No final do ano 2000, o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), publicou as *Diretrizes Gerais para a Construção de Websites de Instituições Arquivísticas*, com o objetivo de “fornecer um referencial básico às instituições arquivísticas interessadas em criar ou redefinir seus *websites*” (2000, p. 2), tais diretrizes não possuíam a *Web 2.0* sob perspectiva, fato justificável considerando a data da publicação. Torna-se então necessário um retorno ao tema.

O’Reilly (2005) aponta os *softwares* da *Web 2.0* como uma nova geração de *software*. Então, considera-se adequado qualificar os instrumentos arquivísticos de referência que são desenvolvidos na mesma perspectiva da *Web 2.0* como sendo uma Nova Geração de Instrumentos Arquivísticos de Referência, termo que é utilizado neste trabalho. Essa definição de nova geração se relaciona com o que Van Garderen (2006a; 2006b) entende por uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência, pois este apontou a possibilidade de criação de novos tipos de instrumentos arquivísticos, diferentes dos conhecidos tradicionalmente, desvincilhados dos formatos tradicionais e do suporte físico, além de compartilharem das características normalmente encontradas nos aplicativos identificados como sendo parte da *Web 2.0*.

Para Van Garderen (2006b) essas características são a criação dos instrumentos de acordo com regras que definem a boa usabilidade (*usability*) da interface, a adoção de padrões abertos (*openness*) e a possibilidade de criação de uma comunidade (*community*) em seu entorno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disponibilização das representações de acervos arquivísticos na *web* é um processo que há muito foi iniciado, por meio da disponibilização de versões digitalizadas dos instrumentos de referência tradicionais ou na forma de bases de dados com mecanismos de busca. Agora, esse processo se confronta com novas possibilidades, baseadas em um fenômeno da internet que traz uma maior participação do usuário, inclusive permitindo que este contribua na construção do conhecimento, intervindo nas representações criadas, criticando-as e, possivelmente, alterando-as diretamente, tal como acontece na enciclopédia *on-line* Wikipédia (<http://www.pt.wikipedia.org>), por exemplo. Os instrumentos começam a

se tornar o centro de comunidades virtuais ou permitem algum nível de atividade social, por meio da tecnologia, entre seus usuários.

A criação de comunidades ou a existências de meios que permitem alguma interação entre os usuários dos instrumentos favorece a captura, gestão e desenvolvimento de um tipo de inteligência coletiva. Para ilustrar o potencial disso, lembramos que os consulentes dos acervos históricos muitas vezes acabam por conhecer a documentação com tal profundidade que permitiria a estes avaliar as descrições realizadas e até mesmo contribuir com elas.

Esse é um novo cenário, onde a criação das representações se torna uma tarefa compartilhada, cujo resultado não é mais o instrumento de referência tradicional, finalizado e esgotado em si; ao invés desse tradicional instrumento, teríamos uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência, em constante construção e revisão, nunca finalizadas por conta da dinâmica que envolve o processo de representação da informação e nunca esgotadas em si, pela natureza de rede que adquire da plataforma internet.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo Sodré. Aspectos introdutórios da representação de informação arquivística: a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), a Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD) e o projeto Archives Hub. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 1, n. 2, 2007.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. Manual dos Arquivistas Holandeses. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BELLOTTO, Heloísa L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BENAKOUCHE, Tâmara. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. **Cadernos de Pesquisa da PPGSP/UFSC**, Florianópolis, n. 17, 1999.

BRUEBACH, Nils. Archival Science in Germany. **Archival Science**, v. 3, n. 4, p. 379-399, 2003.

CATARINO, Maria Elisabete; BAPTISTA, Ana Alice. Folksonomia: um novo conceito para a organização dos recursos digitais na Web. **DatagramaZero**, v. 8, n. 3, 2007. Disponível em: <http://www.datagramazero.org.br/jun07/Art_04.htm>. Acesso em: 19 abr. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Diretrizes Gerais para a Construção de Websites de Instituições Arquivísticas**. Rio de Janeiro: Conarq, 2000. Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/conarqwebsites.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2008.

DAVIS, Ian. **Talis, Web 2.0 and All That**. 2005. Disponível em: <<http://iandavis.com/blog/2005/07/talis-web-2.0-and-all-that>>. Acesso em: 19 abr. 2008.

DURANTI, Luciana. Origin and development of the concept of archival description. In: **Archivaria**, 35, 1993. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewFile/11884/12837>>. Acesso em: 05 abril 2008.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de normalização da descrição arquivística. **Ci.Inf.**, Brasília, v. 27, n. 3, 1998.

HAWORTH, Kent M. Archival description: content and context: in search of structure. In: PITTI, Daniel V.; DUFF, Wendy M. (Orgs.). **Encoded Archival Description on the Internet**. New York: The Haworth Information Press, 2001.

HOSTETTER, Christina J. Online Finding Aids: Are they practical?. **Journal of Archival Organization**, v. 2, n. 1, 2004.

KRAUSE, Magia Ghetu. YAKEL, Elizabeth. Interaction in Virtual Archives: The Pollar Bear Expedition Digital Collections Next Generation Finding Aids. **American Archivists**, v. 70, 2007.

LEÃO, Flávia Carneiro. **A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD(G)**. 81 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MACNEIL, Heather. Picking our text: archival description, authenticity, and the archivist as editor. **The American Archivist**, v. 68, n. 2, 2005.

MARCONDES, Carlos Henrique. Representação e economia da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 61-70, jan./abr., 2001.

MILLER, Paul. Web 2.0: Building the New Library. **Ariadne**, n. 45, 2005. Disponível em: <<http://www.ariadne.ac.uk/issue45/miller/>> Acesso em: 19 abr. 2008.

MENNE-HARITZ, Angelika. Access - the reformulation of an archival paradigm. **Archival Science**, v. 1, n. 1, 2001. p. 57-82.

O'REILLY, Tim. **What is Web 2.0: Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software**. 2005. Disponível em: <<http://www.oreilly.com/pub/a/oreilly/tim/news/2005/09/30/what-is-web-20.html>>. Acesso em: 19. abr. 2008.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. **Statement of principles for the CUSTARD project**. 2002. Disponível em: <<http://www.archivists.org/news/custardproject.asp>>. Acesso em: 21 mar. 2008.

VAN GARDEREN, Peter. **Web 2.0 and archival institutions**. 2006a. Disponível em: <<http://archivemati.ca/2006/05/08/web-20-and-archival-institutions/>>. Acesso em: 20 mar 2008.

_____. **Web 2.0 and archives access system**. 2006b. Disponível em: <<http://archivemati.ca/wp-content/shockwave-flash/SAA2006.html>>. Acesso em: 20 mar 2008.

YAKEL, Elizabeth. Archival Representation. **Archival Science**, v. 3, n. 1, p. 1-25, 2003.

YAKEL, Elizabeth; SHAW, Seth; REYNOLDS, Polly. Creating the Next Generation of Archival Finding Aids. **D-LIB Magazine**, v. 13, n. 5/6, 2007.